



## Moção

### **A entregar à Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública após Concentração no âmbito da Greve Geral de 27 de Junho**

Os trabalhadores de Portugal são hoje as principais vítimas de uma política de austeridade, destrutiva do Estado Social sem paralelo na história da nossa democracia.

Esta é uma política que tem conduzido o País a uma crise económica e social sem precedentes, com um inaceitável aumento do desemprego, em especial entre os jovens, e ao agravamento da pobreza, da exclusão social e das desigualdades.

Assistimos a um ataque brutal ao Estado Social, nomeadamente com a chamada Reforma do Estado, que coloca em causa a prestação dos serviços públicos essenciais para todos os portugueses, atingindo áreas fundamentais como a educação, a saúde e a proteção social, garantes de uma sociedade mais justa. Tudo isto em nome de objetivos de redução do défice e da dívida que não têm sido alcançados, como há muito alertamos.

A consolidação orçamental é necessária, mas não pode levar à completa asfixia da economia, ao continuado aumento do desemprego, ao empobrecimento das pessoas e, impondo sacrifícios sempre aos mesmos, colocar os trabalhadores, pensionistas e reformados numa situação de total insegurança e desespero.

A UGT rejeita medidas que comprometam o Estado de Direito, firam a nossa Constituição e que, numa política de total imposição, ignorem o papel fundamental do diálogo social e da negociação coletiva.

A UGT opõe-se às medidas impostas à Administração Pública e ao Sector Empresarial do Estado, numa atitude persecutória de cortes cegos que visam um mera redução de despesas que comprometem a eficiência desses sectores e promovem a desvalorização e a desregulação laboral que atingem todos os trabalhadores.

Assim, a UGT:

**1.** Exige uma mudança urgente de políticas que coloquem o Crescimento e o Emprego como reais prioridades da agenda governativa.

**2.** Apela a uma mudança de atitude por parte do Governo que, não esquecendo que governa para os portugueses, afaste a sua total submissão perante os credores externos e assuma um papel activo na defesa da mudança das políticas comunitárias.

**3.** Rejeita todos os processos de destruição dos pilares fundamentais da nossa Democracia e não aceitará uma Reforma do Estado que comprometa o Estado Social e o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, ameaçando a coesão e a justiça sociais.

**3.** Defende uma política fiscal e de rendimentos justa, que garanta a dignidade dos trabalhadores e dos pensionistas, sobretudo os de mais baixos rendimentos. É urgente discutir o aumento do salário mínimo e das pensões mais baixas, promotor do consumo interno, essencial ao crescimento.

É urgente combater a economia paralela, que representa aproximadamente 30% de toda a economia do país, o que contribuiria para aliviar a pressão insustentável sobre os rendimentos do trabalho.

**4.** Exige que o diálogo social seja respeitado e que sejam cumpridos os acordos celebrados de boa-fé pela UGT, rejeitando o esvaziamento a que o Governo tem condenado a concertação social.

**5.** Exige um Estado dinamizador da negociação coletiva em todos os sectores de atividade, não aceitando que o Governo, por submissão ou vontade própria, seja um travão ao progresso e justiça social.

É urgente construir, em diálogo social e político, um projeto de futuro, com políticas de crescimento e de emprego, que restaurem a confiança e a esperança dos trabalhadores, dos desempregados, dos jovens, dos reformados e pensionistas num Portugal mais justo e solidário.

Lisboa, 27 de Junho de 2013